



Anais da Assembléia

N. 14

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 10.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1986

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Rubens Bueno.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos Trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte expediente:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na Ordem do Dia dos Projetos de Lei n.s:

11/86 - que denomina Rodovia Deputado

ANTONIO BABY, a estrada PRT 158, trecho do entroncamento da BR-476 (Rondinha) até Irati.

13/86 - que denomina de Rodovia AFFONSO NADOLNY, a estrada PR-447 que liga União da Vitória à Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Como parte do esforço nacional para combater a inflação, e a alta do custo de vida, o Deputado que o presente subscreve, nos termos da Constituição do Paraná e do Regimento Interno desta Assembléia, REQUER, seja convocado para comparecer a este Poder, no próximo dia 3 de abril, às 14:30hs, o Senhor Secretário de Estado das Finanças, João Elísio Ferraz de Campos. Na oportunidade, em sessão plenária deste Poder, o Senhor Secretário deverá manifestar a posição do Governo do Estado sobre a proposta de redução das alíquotas do ICM, com o conseqüente repasse para os consumidores do percentual reduzido. Esta iniciativa visa a diminuição da carga tributária, revertendo tal providência em proveito da população paranaense. Esclareço que a matéria já foi objeto de pronunciamento deste Deputado, feito da tribuna, e cuja cópia solicitei fosse encaminhada ao Senhor Governador do Estado, para tomar conhecimento da proposta.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, REQUER que, seja marcada para o dia 03 de abril próximo, a entrega do título de Cidadão Benemérito ao Des. JAMES PORTUGAL MACEDO, referente Projeto de Lei n. 384/84, o qual já se encontra devidamente aprovado.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja marcada para o dia 09 de maio de 1986, às 15 horas, a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor JOSÉ SIMÕES DE PAIVA NETTO - Diretor Presidente da LEGIÃO DA BOA VONTADE.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o item III do § 4.º do art.134 do Regimento Interno, REQUER a nomeação de uma Comissão Especial com a incumbência de proceder a uma minuciosa inspeção às obras do Hospital Regional do Oeste, em Cascavel, bem como indicar a destinação a ser dada às instalações e equipamentos que estão se deteriorando pela ação do tempo no mais completo abandono. Cinco Senhores Deputados deverão compor a comissão.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL

Apoiamento: Quielse Crisóstomo, Tadeu França, Fiori Luiz, 1 ilegível, Erondy Silvério, Tuguio Setogutte, Djalma de Almeida César, Jorge Maia Filho, Tércio Albuquerque, Airtton Cordeiro, Luiz Alberto Oliveira, Péricles Pacheco, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Nelson Buffara, Ezequias Losso, Eduardo Baggio, Tadeu Lúcio Machado e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

É lastimável o estado de abandono em que se encontram as obras e equipamentos destinadas à instalação do Hospital Regional do Oeste, em Cascavel.

As edificações foram iniciadas ainda no período do Governo Jayme Canet, tendo sido investidos até agora uma vultuosa importância, ao redor de Cz\$ 30 milhões. As obras tiveram prosseguimento ainda durante a gestão do Senhor Ney Braga, até que foram completamente paralisadas desde a assunção do Senhor José Richa à frente da administração estadual.

Abandonadas, as instalações e os equipamentos passaram a sofrer a ação do tempo ficando à merce de depredadores, estimulando-se que como consequência os prejuízos decorrentes já elevam a Cz\$ 3 milhões.

Além dos vultuosos prejuízos materiais, frutos da inépcia administrativa, prejuízos de muito maior monta referem-se ao descaso para com um setor da maior importância da atuação governamental qual seja ao do atendimento médico-hospitalar a uma extensa área do Estado, com profundas carências nesse tipo de atendimento.

A saúde pública é questão fundamental para qualquer esforço de desenvolvimento, daí não se compreendendo a paralisação daquelas obras por parte do Governo Estadual. Por isso impõe-se que os legítimos representantes do povo, assumam suas responsabilidades, procedendo a uma completa averiguação das causas que determinam a paralisação e levaram as obras ao estado de completo abandono em que se encontram, ao mesmo tempo em que indiquem os meios para que o Hospital seja finalmente concluído e passe a funcionar ou que os investimentos já realizados tenham um apro-

veitamento compatível com as reais necessidades da região.

A falta de recursos não é justificção suficiente para que persista a paralisação das obras e instalações uma vez que há possibilidade de remanejamento orçamentário com vistas a atender os superiores interesses da comunidade.

A nomeação de uma Comissão Especial para esse fim constitui um afirmativo posicionamento deste Legislativo estadual diante de um problema de tamanha magnitude como esse do Hospital Regional do Oeste, grande aspiração de toda uma vasta e populosa região do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor DAVID DE OLIVEIRA GOMES, ocorrido em 14.03, p.p., em Ponta Grossa, deixando viúva a Senhora Iris Gomes e os seguintes filhos: Ligia, David de Oliveira Gomes Filho, Claudia, Daniel e Danton e a neta Michele.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada à Rua Dr. Joaquim de Paula Xavier, 85, Vila Estrela em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 47 anos de idade, David de Oliveira Gomes, deixa uma lacuna na Princesa dos Campos.

Empresário, Professor de Economia e Administração na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Político atuante, foi Vereador em 1963, chegando a Vice-Presidente do Legislativo Municipal de 1964 a 1965.

De 1966 a 1969 foi Secretário do Legislativo Municipal de Ponta Grossa.

Por tudo isso, sua perda é irreparável e sua memória é grata, motivos pelos quais rendo minhas condolências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor ORLANDO CARLOS OSTERNACK, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 16 do mês em curso.

O extinto era casado com Dona. Maria Tereza Alarcon Osternack e deixa os seguintes filhos: Anã Elizabeth, casada com o Senhor Rubens Bueno, Ana Beatriz, casada

com o Senhor Lourenço Malluceli, Ana Sofia, casada com o Senhor João Antonio de Oliveira e Ana Tereza, solteira.

Membro de tradicional família pontagrossense, o Senhor Orlando Carlos Osterneck militou por muitos anos no setor empresarial princesino, como proprietário da Empresa Carlos Osterneck Cia Ltda, participou ativamente de Clubes de Serviços, como o Lions Club, onde exerceu o cargo de Presidente, tendo sido também Presidente da Associação de Orquidófilos do Paraná.

O passamento do Senhor Orlando Carlos Osterneck, abalou de forma profunda a sociedade pontagrossense onde possuía muitos amigos.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Doutor Paula Xavier, 501- Ponta Grossa, PR.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor DAVID DE OLIVEIRA GOMES, ocorrido em Ponta Grossa, no dia 14 do mês em curso.

Pertencente a tradicional família pontagrossense, o extinto era casado com Dona Iris Gomes e deixa os seguintes filhos: Ligia, David, Claudio, Daniel e Dalton.

O fato veio abalar de forma profunda a sociedade pontagrossense onde gozava de grande prestígio e da admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Doutor João de Paula Xavier, 85 Ponta Grossa-Pr.

Sala das sessões, em 17 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do Senhor ORLANDO CARLOS OSTERNACK, ocorrido dia 16.03, p.p., em Ponta Grossa, deixando viúva a Senhora Maria Tereza Alarcon Osterneck, e os seguintes filhos: Ana Elizabeth, casada com o Senhor Rubens Kossatz Bueno, Ana Beatriz casada com o Senhor Lourenço Malucelli Neto, Ana Sofia casada com João Antonio Oliveira, Ana Tereza solteira e deixa ainda 8 netos.

Requer, outrossim, seja dado ciência

da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Doutor Paula Xavier, 501- em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ADELAIDE BARBOSA, ocorrido no último dia 15 em lamentável acidente de trânsito, na Rodovia do Xisto.

A extinta, pertencente à tradicional família de União da Vitória, deixa viúvo o Médico humanitário Doutor Augusto de Almeida Barbosa, um filho e netos.

O passamento da Senhora ADELAIDE BARBOSA, veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como da sociedade local, onde gozava do mais alto conceito junto à comunidade, onde era considerada benemerita, sempre ligada às causas filantrópicas, onde militou com todas as suas forças em toda sua existência, inclusive com obras meritórias de grande vulto plantadas em União da Vitória, entre outros, o Hospital e Maternidade daquela cidade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Ervin Bonkoski.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ANA VALÉRIO, ocorrido dia 16 de março de 1986, na cidade de Rio Negro.

Pertencente a tradicional família de Tijuco Preto, Município de Rio Negro, Dona Ana Valério, faleceu aos 74 anos de idade, deixando viúvo o Senhor ALFREDO VALÉRIO, bem como 8 filhos, entre os quais, o Vereador JOSÉ E. VALÉRIO.

O passamento da Senhora Ana Valério, veio abrir enorme lacuna no seio da família e da sociedade local, onde gozava do mais alto conceito junto aos inúmeros amigos que possuía na comunidade local.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Ervin Bonkoski.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Angelo Aluísio Pereira, ocorrido em trágico acidente de trânsito no último dia 15.

O extinto, era funcionário da SANEPAR, desde 1981, onde gozava da mais alta consideração e estima entre seus colegas de trabalho, bem como de toda a administração daquela empresa.

O passamento do Senhor Angelo Aluísio Pereira, aos 40 anos de idade, veio abrir enorme lacuna no seio da família e da sociedade, onde vivia.

Deixou viúva a Senhora Beatriz Pereira e 3 filhos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações aos Senhores: NEI CELSO FATUCH, WALDIR PAN, ELTON PAZELLO e JAIR FAXINA, pela nomeação e assunção na equipe do PRO-RURAL.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos nominados.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Programa do Pró-Rural no Paraná, está perfeitamente equacionado com a nomeação feita pelo Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, de técnicos de reconhecida competência no setor.

Todos os Prefeitos do Paraná, manifestaram-se honrados e gratificados pela escola feita pelo Excelentíssimo Senhor Governador, de homens dotados de capacidade para traçar e continuar o trabalho e direção do Governo.

Temos certeza que todos saberão enfrentar mais este desafio, com lealdade e sacrifício de forma integrada no setor do Pró-Rural.

As soluções para esse problema exigem fórmulas adequadas para promover soluções estruturais, para uma efetiva compatibilização na área rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consi-

gnação em ata da presente sessão, de votos de congratulações e manifestações de regozijo, atribuídos à Direção do ROTARY CLUB DE PONTA GROSSA, na pessoa do seu Presidente, Senhor OSCAR DIEDRICHS, pela data que assinalou a 15 de março em curso, o "JUBILEU DE OURO" daquele prestigioso clube de serviços e pela relevante contribuição dada em defesa dos legítimos interesses da comunidade pontagrossense.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência àquela Direção, no seguinte endereço: Rua Com. Miró, 978- Caixa Postal, 48, Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de votos de congratulações e manifestações de regozijo, atribuídos à pessoa do Excelentíssimo Senhor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Vice-Governador do Estado e Secretário de Estado das Finanças, pela justa e honrosa homenagem prestada pela Associação de Empresários da Cidade Industrial de Curitiba- AECIC, conferindo-lhe o Título de "Personalidade AECIC 85".

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de aplausos aos organizadores da II Feira da Maça e da 1.^a Feira da Batata-semente, bem como da inauguração da Unidade Armazenadora Frigorífica de PALMAS.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Palmas realizou com absoluto êxito a II Feira da Maça e a 1.^a Feira da Semente da Batata, conjugado com a inauguração da unidade Armazenadora Frigorífica daquele Município. A inauguração aconteceu no último sábado dia 15, com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, que antes, recebeu o título de Cidadão Honorário Palmense.

O complexo armazenador, que possui uma área construída de 11.574 metros quadrados, atenderá perfeitamente a demanda regional, com capacidade para recepção, pe-

letização, climatização, armazenamento e expedição de batata-semente, e ainda com condições para receber, pré-classificação, pré-resfriamento, tratamento fúngico, armazenamento, classificação e expedição de maçãs. A capacidade estática daquela Unidade armazenadora será de 4.500 toneladas para batata-semente e 2.500 toneladas para silagem, além de atender toda a região com estocagem da maçã com 8 câmaras; bem como 11 câmaras e 3 anti-câmaras para batata-semente.

Está de parabéns, a região de Palmas, está de parabéns o Paraná, está exultante de alegria o Governador José Richa, como de resto, todos nós, pela independência do Estado do Paraná, no setor de batatinha de plantio, cujo produto até então, era estocado em outros Estados. Certamente, a implantação deste equipamento de silagem trará incremento na área cultivada de batata e maçã, cujos produtores buscarão melhor harmonia entre o setor produtivo e o consumidor, dando aos produtores a garantia de preço estável para seu produto.

A Unidade Armazenadora, que possui os recursos mais modernos para estocagem, irá classificar e selecionar toda a produção da região.

As festividades, além do Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, compareceram: Este Deputado, representando o Presidente Deputado Nilso Sguarezi, bem como o Poder Legislativo do Paraná, além de outras autoridades, grande número de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores de toda a região.

Número considerável de expositores de maçã e batata-semente, agradaram plenamente aos "experts" e ao público em geral que compareceu ao parque de exposições, inclusive com a escolha da Rainha Estadual da Maçã, Senhorita CLAUDIA DE ALMEIDA FERREIRA.

Foi sem sombra de dúvida, uma grande festa, que ficará indelevelmente marcada na história de Palmas, e, com nota máxima para a organização geral.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Doutor José Maria de Araujo Perpétuo, Prefeito Municipal, ao Senhor Miraldo de Cali, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, ao Vice-Prefeito: Senhor João de Oliveira Mello, bem como a todos os Senhores Vereadores de Palmas, para que cientifiquem os componentes da Comissão Organizadora dos festejos, e por extensão, a todo o povo palmense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção em ata de um voto de

regozijo à Associação dos Motoristas de Táxi do Aeroporto Afonso Pena, pelo transcurso do 31.º aniversário de fundação do ponto e posse da nova diretoria, que está assim constituída: Presidente: Moacir Carvalho; Vice-Presidente: Érico Bortolan; Secretário: Glaúcio Bastos; Tesoureiro: Sérgio Luiz Possebon; Conselheiros: Domarino Dal Negro, Ademir Takahara, Vereador João Moro Dissenha, Nelson Gayer, Alcídio Moro Conque e Nelson Juliato.

Exercendo com exemplar competência sua fundação profissional, os motoristas que atendem o Aeroporto Afonso Pena são merecedores desta homenagem.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a ampliação das condições de tráfego telefônico entre Cascavel e Curitiba.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Está se tornando mais difícil, a cada dia que passa, a comunicação via telefone entre os usuários de Cascavel e esta Capital. Deve-se este fato, ao elevado fluxo de ligações, sobretudo à noite quando os contatos aumentam, ocasionando o estrangulamento das vias de tráfego. Em consequência, para se conseguir uma linha, a espera é de aproximadamente dez minutos no mínimo.

Em razão do exposto é que se torna necessária e urgente a ampliação das condições de tráfego entre as duas cidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento urbano, DENI LINEU SCHWARTZ, sugerindo a implantação do PRAM a nível do GOVERNO FEDERAL, a fim de dar assistência a todos municípios do Brasil.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o êxito do PRAM no Estado do Paraná. Considerando também o sistema tributário brasileiro que prejudica a arrecadação dos municípios, a implantação do referido programa a nível nacional virá de

encontro aos anseios de todos os brasileiros, com a construção de obras da infraestrutura e sociais necessárias e de real interesse da população de cada comunidade, já que as Prefeituras Municipais restituirão apenas 35% do valor aplicado, recebendo 65% a fundo perdido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Comungando esforços ao apelo formulado por lideranças dos municípios de Castro e Ponta Grossa e da comunidade usuária, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, José Reinaldo Carneiro Tavares, solicitando gestões junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, a fim de que autorize estudos que determinem a construção de VIADUTO na PR.151, no trevo de acesso a Ponta Grossa e Castro.

Há que se considerar que se tratando a PR.151 de rodovia da maior importância, integrando o corredor de exportação, com reflexos significativos ao desenvolvimento econômico do Paraná, cuja infraestrutura está por excelência calcada na agricultura, pecuária e afins do setor primário, constitui-se o trevo de acesso às regiões produtoras de Ponta Grossa e Castro e demais Municípios que compõem a ligação norte-sul do Estado, numa ameaça constante à vida humana, dada a alta densidade de tráfego que diariamente comporta, apresentando riscos não apenas ao transeunte, mas também a danos de ordem material irreparáveis.

Diante do exposto, vem, na qualidade de representante político da região dos Campos Gerais e Ponta Grossa, solicitar o apoio de seus Pares a esta justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente à Ilustríssima Senhora Ana Maria Muratori, Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, solicitando o fornecimento de um Gabinete Odontológico completo, para a Escola Estadual "Professor Colares" - Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, quinta, em 20.03.86

Tendo em vista a necessidade de se promover um atendimento odontológico, medida de prevenção da saúde a clientela escolar, venho solicitar o fornecimento urgente de um GABINETE DENTÁRIO completo.

O estabelecimento dispõe de local próprio para a instalação e de dentista designado para essa função desde o ano de 1985, o qual está desempenhando funções alheias ao seu cargo.

O equipamento odontológico que existe na escola encontra-se à disposição, sem condições mínimas de uso, tendo sido feita inclusive uma avaliação para sua recuperação através de técnicos do ramo, resultando em parecer negativo e sem recuperação pelo uso constante há mais de 15 anos.

Estando o referido gabinete desativado desde 1982, face o equipamento encontrar-se sem condições de uso, daí a necessidade do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE, Digníssimo Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando a instalação de um plantão permanente de assistência técnica, atendendo aos Distritos de Ventania, Barro Preto e outras localidades, através do município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tibagi, tem sua presença marcante no cenário estadual pelo progresso e desenvolvimento desencadeados nesses anos.

Tal solicitação se faz necessário, uma vez que o número mínimo exigido, de acordo com os critérios da própria Companhia, já está completo, e que ainda não conta com tal assistência técnica de atendimento.

Assim sendo, faço a presente reivindicação, certo de poder contar com a sensibilidade e apoio das autoridades competentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Hervig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que seja asfaltado o trecho que liga o Distrito de Pitangueiras (município de Rolândia) à PR 218 (ligação Arapongas-As-torga).

A ligação asfáltica do referido trecho é uma antiga reivindicação dos moradores do Distrito de Pitangueiras, hoje com uma população superior a 5.000 habitantes.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Iran Brezezinski, coordenador do IAPAS, solicitando renegociação da dívida da Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento de Campo Mourão junto à Previdência Social.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento de Campo Mourão, CODUSA, é uma empresa de economia mista e tem 96,26% de seu capital pertencente ao município de Campo Mourão. Executa serviços de pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais, obras de urbanismo e construção civil na área de obras públicas. Esta característica de "empresa prestadora de serviços à comunidade" precisa ser considerada pelo IAPAS como fator importante na renegociação da dívida junto à Previdência Social porque a forma atual é inviável, comprometendo a receita e o trabalho da referida empresa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O município de Sarandi alcançou elevado nível de crescimento e desenvolvimento desde a sua criação.

Em função disso e com uma população de 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes, Sarandi já atingiu a dimensão necessária para a criação da comarca em sua sede.

Atualmente a sede da comarca é o município de Marialva, isto apesar de 90% dos processos na área criminal - para ficar em um exemplo apenas - originam-se de Sarandi.

Estes dados revelam as imensas dificuldades que existem para o trabalho da justiça, particularmente no que se refere ao atendimento da população carente.

Assim, atendendo apelo da comunidade de Sarandi, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Armando Carneiro, solicitando a instalação da criação da "Comarca" no município de

Sarandi.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Sérgio Manoel Mastek Ramos, solicitando do mesmo providências no sentido de que seja reativado em Maringá, por parte daquela PMPR, o Grupo Especial de Buscas - GEB.

O pedido atende solicitação de igual teor da Câmara Municipal de Maringá, que em seu requerimento afirma: "Durante o tempo em que aqui atuou, a ação eficaz e competente do Grupo proporcionou tranqüilidade e segurança à comunidade, responsável que foi pela repressão à onda de crimes que assolava a cidade e que atingiam pessoas e patrimônios".

Por outro lado, solicita que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Vereador Nereu Vidal Cezar.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição, nos Anais desta sessão, do artigo publicado na edição de 16 de março corrente, no jornal "GAZETA DO POVO", pelo jornalista Samuel Guimarães da Costa, intitulado "ESTADO DO IGUAÇU". No citado texto, aquele renomado profissional de imprensa sustenta a impropriedade política do movimento separatista que visaria desmembrar parcela do território paranaense e, ao mesmo tempo, relembra as teses de fusão dos Estados do Paraná e Santa Catarina para gerar um aí sim poderoso Estado do Iguaçu, com capital na região de Porto União/União da Vitória.

A transcrição desse oportuno artigo nos Anais desta Casa se justifica pois, por seus próprios fundamentos.

Sala das Sessões, em 20/03/86.

(a) ANIBAL KHURY.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.34/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - O prazo final para fruição dos benefícios concedidos pela Lei n.8279, de 16 de janeiro de 1986, publicada no

Diário Oficial do Estado n. 2198, de 17 de janeiro de 1986, fica dilatado para 20 de junho de 1986.

Art.2.º - Os créditos tributários abrangidos pelo benefício da Lei n.8279/86, poderão ser regularizados, até a data estabelecida no artigo anterior, com dispensa do pagamento da parcela relativa à multa aplicada com base no artigo 55 da Lei n.6364, de 29 de dezembro de 1972.

Art.3.º - Os parcelamentos concedidos até a data da publicação desta lei poderão, a requerimento do interessado, ter os prazos de pagamento das respectivas parcelas ajustadas em consonância com a dilação do benefício a que se refere o artigo 1.º.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, os acréscimos dos juros e da correção monetária incidentes sobre o remanescente deverão ser recalculados até o mês da concessão, utilizando-se, em relação à correção monetária, o índice vigente na mesma data, congelado a partir de fevereiro de 1986.

Art.4.º - Os contribuintes que, no período de 21 de março até a data da publicação desta Lei n.8279/86, poderão usufruí-los pelos institutos da restituição, mediante requerimento ao Secretário das Finanças.

Art.5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apoiamento: Tadeu Lúcio Machado, Airtton Cordeiro, Irondi Pugliesi, Wilson Fortes, Anibal Khury, Antônio Belinati, Eduardo Baggio, Nelson Vasconcellos, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Ivan Gubert, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Jorge Maia Filho, Tuguio Setogutte, Tércio Albuquerque, Edgard Pimentel e Péricles Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está reaberta a sessão.

A Mesa tem a honra de contar com a presença do ilustre Presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, que mais uma vez registramos a sua presença no Paraná, digna-se em prestigiar o Poder Legislativo.

Nesta oportunidade, conferimos a palavra à Liderança do PFL, para fazer uma saudação ao ilustre visitante.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, nome expoente na política nacional, Doutor Marcos Freire; Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas; Senhores Convidados.

A Assembléia Legislativa registra hoje, como um dos fatos mais importantes nesta legislatura de hoje, como fato mais importante na reabertura dos seus traba-

lhos, a presença de uma figura tão expoente. Uma figura responsável pelas mudanças nacionais, pelas mudanças na política nacional, Doutor Marco Freire.

Temos acompanhado o seu trabalho, Senhor Presidente, junto à Caixa Econômica Federal.

Sabemos que o Senhor é dotado de uma capacidade invulgar. Sabemos que o Senhor tem se esforçado para introduzir métodos que beneficiam a população carente deste País. Sabemos das suas inovações, Senhor Presidente, na ajuda para o povo brasileiro. Queremos cumprimentá-lo também pela sua ativa participação na Aliança Democrática, que fez deste Brasil uma democracia, e com a ajuda de vocês e com a ajuda de nossa política, faremos uma plena democracia neste País.

Em nome do PFL do Paraná, situado na posição de líder; em nome da minha Bancada do PFL do Paraná, nós queremos saudá-lo. Mas, saudá-lo de uma maneira em que o senhor fique consciente, de que o PFL do povo brasileiro confia no seu trabalho, um trabalho sério, honesto, e que tem dado resultados produtivos para todos aqueles com os quais conversamos, que são ligados à Caixa Econômica Federal.

Sabemos também do seu trabalho com relação às melhorias aos economiários do País. Temos acompanhado atentamente, porque temos amigos na Caixa Econômica Federal.

Deixo aqui, nestas breves palavras, a nossa saudação e que DEUS lhe dê sempre esta capacidade, esta combatividade, esta vontade de servir bem ao povo da nossa Pátria e que DEUS também, lhe dê, cada vez mais, uma visão ampla para que sempre faça um benefício maior à nossa comunidade.

Muito obrigado pela sua presença, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A seguir, ouviremos a palavra do Senhor Deputado Airtton Cordeiro, representando a Liderança do PDT.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente deste Poder, Senador Marcos Freire, Presidente da Caixa Econômica Federal, Senhores Deputados.

Em nome do Partido Democrático Trabalhista, da mesma forma queremos saudar Vossa Escelência, que visita hoje esta Casa e certamente o faz com satisfação, porque como ex-parlamentar, conhece perfeitamente as dificuldades todas que são colocadas diante dos parlamentares.

Na verdade é importante que se mude a filosofia de trabalho dos homens que estão no Poder Executivo e que devem respeitar cada vez mais o Parlamento, porque o Parlamento é a expressão final e definitiva das aspirações populares aqui, eclética-

mente o povo está representado ideologicamente e de acordo com os seus interesses peculiares.

Então, a presença de Vossa Excelência, realmente por nós é considerada extremamente importante, Vossa Excelência preside um órgão federal que tem uma função social das mais significativas do País e certamente poderá contribuir e contribuir muito com sensibilidade social para a solução de muitas questões da população brasileira.

E eu me permito deixar para análise de Vossa Excelência, Senador Marcos Freire, uma preocupação da população do Brasil.

Já me pronunciei desta tribuna apoiando as medidas governamentais, por entender que essas medidas realmente eram necessárias para a saúde da economia nacional, mas disse também que nós não podemos fechar os olhos, nem os ouvidos e nem silenciar a nossa boca diante daquilo que entendemos signifique alguma distorção das medidas governamentais.

Nós sabemos que a Caixa Econômica Federal, é uma das instituições mais sérias e mais importantes na captação da poupança popular. Acertou o Governo Federal ao combater de frente esta verdadeira giotagem institucionalizada que estava grassando no Brasil. O Mercado de Capitais, a aplicação de dinheiro no Open, no Over Night, desviando dinheiro do setor produtivo para o setor especulativo.

Mas, da mesma forma, existe uma preocupação muito grande, sobretudo por parte dos pequenos poupadores que hoje têm uma receita muito pequena em função do seu esforço para poupar e Vossa Excelência vem de um Estado, Senador Marcos Freire, de uma população realmente lutadora contra todas as dificuldades, não só da natureza, mas das próprias peculiaridades do Estado de Pernambuco, Vossa Excelência pode ser um instrumento muito importante para que se encontre um ponto de equilíbrio a fim de remunerar melhor os pequenos poupadores brasileiros.

Veja Vossa Excelência que o poupador recebe hoje 0,5% ao mês, enquanto quando ele tem necessidade de recorrer a uma instituição financeira ou a uma instituição bancária, ele vai pagar juros muito mais altos.

Ora, essas medidas econômicas baixadas pelo Governo Federal, determinam que o dinheiro aplicado em Caderneta de Poupança, somente poderá ser movimentado a cada três meses.

Como nós sabemos que a poupança é utilizada pelos pequenos poupadores, não será nenhuma surpresa se neste interregno de 3 meses, o poupador precisar de um dinheiro para recorrer, conseqüentemente, a uma instituição financeira ou a um banco, a fim de fazer face às suas necessidades.

Então, esta questão é importante do

ponto de vista social, e eu entendo que Vossa Excelência poderá oferecer uma contribuição muito grande. E é esta a contribuição que o PDT quer deixar também, buscando aperfeiçoar as medidas econômicas baixadas pelo Governo Federal, somente com a intenção de servir cada vez mais a população deste País.

Como disse anteriormente, Senador Marcos Freire, o brasileiro cansou de sofrer, e nós precisamos é trabalhar para que ele sofra o menos possível.

Eu saúdo Vossa Excelência e agradeço em nome do nosso Partido, a sua presença, dando prestígio ao Parlamento do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A seguir, ouviremos a saudação do Líder do PMDB, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Presidente da Caixa Econômica Federal, Senador Marcos Freire.

O Paraná se sente muito honrado com a sua visita; a classe política se sente engrandecida pela presença do Senador Marcos Freire, hoje Presidente da Caixa Econômica Federal em nosso Estado. Não pelas medidas tomadas à frente da Caixa; não pelo atendimento dado aos economiários; não pela reestruturação dada à Caixa Econômica; não pelo grande trabalho realizado hoje à frente dessa entidade.

Nós nos sentimos honrados, meu caro Senador, por receber no Paraná, um baluarte da democracia, por receber, hoje, no Paraná, um homem que não se curvou nos mais negros anos da ditadura neste País, e que trouxe do seu Pernambuco, do seu Nordeste, a voz para todos os brasileiros, de como enfrentar a ditadura que tomou conta deste País por tantos anos.

Hoje, estamos numa nova caminhada, numa caminhada que chegará ao seu objetivo de plena democracia. E nós do Paraná, sabendo reconhecer o valor dos brasileiros que tombaram e que não se vergaram na caminhada de tantos anos, termos em nossa memória, a participação do Senador Marcos Freire, fundador do MDB, fundador do PMDB, uma bandeira do político brasileiro.

E nós do Paraná, da Bancada do PMDB, o recebemos com a maior alegria possível. A Bancada jovem do PMDB aprendeu muito com o jovem Senador Marcos Freire, lições que estamos usando aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, lições que companheiros levaram do Paraná para Brasília, e lições que a democracia brasileira tem recebido com o trabalho realizado por Vossa Excelência, meu caro Senador, como Senador da República, como grande político do Nordes-

te e de Pernambuco, mais precisamente, e, hoje, como Presidente da Caixa Econômica Federal.

Sentimo-nos, volto a insistir, engrandecidos, e a Bancada do PMDB com assento nesta Casa, sente-se orgulhosa de ter ao seu lado o Senador Marcos Freire.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Nós conferimos a palavra ao Presidente da Caixa Econômica, Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto a esta Casa pela segunda vez, como Presidente da Caixa Econômica Federal.

Em meados do ano passado, aqui estive nos primeiros meses da administração que iniciávamos quando a Nova República dava os seus primeiros passos, ainda incertos, e despertando a expectativa de toda a sociedade brasileira. Falávamos da responsabilidade de quem fora Oposição, durante duas décadas, período este da minha vida pública, e cuja invocação tanto me sensibiliza, e, que tendo exercido uma Oposição firme e destemida, de repente, quase que de repente, pelo movimento cívico que galvanizou este País, através da Aliança Democrática, se vê com a responsabilidade de administrar uma instituição financeira do porte de uma Caixa Econômica Federal.

Naquela ocasião, desta mesma tribuna, nesta mesma Casa do Povo, nós falávamos da enorme missão social da Caixa, das suas linhas de atuação, a nossa disposição de incrementarmos, cada vez mais, uma atuação voltada para o interesse da comunidade.

E, neste início de 1986, retornando para contatos com a Caixa Econômica, com os que a fazem, com os nossos gerentes, retornando para contatos com a sociedade do Paraná, para participarmos de Encontro Nacional da Construção Civil, não poderíamos deixar de inserir nesta nossa programação, um contato, novamente, com a classe política e especialmente a visita a esta Assembléia Legislativa.

Como muito bem invocou o Representante do PFL, a nossa presença tem, antes de mais nada, o sentido de homenagem e consideração à representação popular, mas, ao mesmo tempo, fazer colocações, que já não são apenas de perspectivas e de proósitos, como fizemos em 85, podermos dizer da satisfação, ao chegarmos, hoje, aqui em Curitiba e termos em mãos, por exemplo, uma publicação da Associação da Construção Civil, do Sindicato da Construção Civil, da ADEMI, e que neste relato, que evidentemente, não foi feito para a nossa chegada, mas existe como análise da construção civil, neste Estado, vê lá, assinalado, que

apesar das dificuldades de 85, nós podemos estar lembrados que, em julho, agosto, setembro de 85, houve uma crise conjuntural muito grave que afetou as instituições financeiras, principalmente os captadores da poupança popular, através da Caderneta. Pois bem, apesar disso, está assinalada, nesta publicação, assinalado o fato de que, cerca de 70%, quase, 68% da construção civil, no Paraná, foi bancada pela Caixa Econômica Federal, foram projetos, construções, edificações, financiados pela nossa instituição. E isto nos enche de orgulho porque significa que a Caixa Econômica Federal, sob a atual administração, e registro aqui a presença do Diretor de Administração, Doutor Carlos Alberto, e do Diretor do FAES, Doutor Cristiano Fonseca.

E sob essa administração a Caixa Econômica Federal não terá se preocupado tanto com os lucros que poderia obter aplicando em outras áreas de maior rentabilidade, como sobretudo, aplicar naquelas que tivesse um sentido social maior. E a construção civil evidentemente é uma dessas áreas, pela geração de empregos, pelo estímulo da indústria dos materiais de construção civil, pela absorção de mão de obra que tem sido uma das maiores preocupações do Presidente José Sarney.

Já naquela época nós poderíamos talvez, pressentir o que viria depois, porque com poucos dias de Governo já havia uma mudança de rumos na própria política econômica financeira deste País. Muitos talvez não tivessem ainda se apercebido quando diziam que as modificações se haviam dado apenas no campo político institucional, esquecendo-se que na política salarial, por exemplo, se deixava para trás aqueles reajustes abaixo da inflação para tanto do primeiro como no segundo semestre se dar aumentos significativos na base do salário mínimo, mas não apenas iguais ao índice inflacionário, mas superiores a esse índice inflacionário, na base então dos 110, 111% do INPC.

E foram coisas como estas que permitiram que no final de 1985 o poder aquisitivo do assalariado tivesse tido um acréscimo real de 15%. E foi igual sensibilidade social que permitiu que se estabelecesse um reajuste para as prestações da casa própria como um critério eminentemente político. Os critérios técnicos indicando cerca de 246% de aumento, e o Governo possibilitando um reajuste de apenas 112%. As coisas foram se somando, sem ainda um impacto de resultados concretos que a grande opinião pública se apercebesse. E veio o pacote fiscal ao final de 1985. E depois veio a determinação da redução do prazo das vendas a crédito. Tudo isso constituindo-se verdadeiros patamares que possibilitaria ao final de fevereiro deste ano o plano de estabilização econômica do Governo.

Pois bem, já a essa altura, menos de um ano depois da posse do Presidente José Sarney, nós temos resultados concretos, já a essa altura não se discute se o Brasil mudou.

O lema de Doutor Tancredo Neves, que a fatalidade não quis que assumisse a Presidência da República, está cumprindo, "o muda Brasil". Logicamente que nem tudo está feito, talvez jamais tudo esteja feito. É sempre um processo de conquista. É sempre uma evolução que precisa sempre ser aprimorada. Muitas e muitas coisas terão que ser feitas, mas talvez nunca na história deste País tenha se mudado tantas coisas no período de apenas um ano.

E quero dizer que se a Caixa Econômica Federal que nos coube nessa transição democrática de administrar, se a Caixa Econômica aqui pode apresentar dados concretos que mostram que nós não nos retraímos, apesar dos aspectos onerosos do financiamento à Construção Civil. Nós fomos mais além quando procuramos incentivar outros segmentos da atividade produtiva nacional, através do PROMICRO - Programa de Apoio à Microempresa, através do Financiamento do Capital do Giro às Pequenas e Médias Empresas, através do Fundo ao Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS -, financiando hospitais, casas de saúde, escolas, saneamento básico, equipamentos de limpeza e segurança pública, construção de sede de sindicato e tantas coisas mais, em condições as mais atrativas com juros subsidiados e à época abaixo da correção monetária.

Quando, portanto, o novo Governo, o Governo da "Nova República" completa o seu primeiro ano de administração, pode mostrar sem subterfúgios e sem demagogias que realmente se mudou o rumo deste País, se conseguiu estabelecer novas bases na política institucional e na política econômica e financeira do Brasil, nós queremos dizer que isso se deu - e honra ao nosso regime - dentro de um regime democrático.

Não foi preciso a força, não foi preciso a violência, não foi preciso a repressão que tanto nós combatemos, como lembrou o ilustre Líder do PMDB: foi preciso apenas a liberdade, foi preciso apenas a participação popular. E aqui eu registro que todos os partidos que me honraram com a sua saudação, inclusive o PDT, que apresenta as suas observações críticas, mas que há poucos instantes reconhecia a validade, a importância e a conveniência do "Plano de Estabilização Econômica".

Nós podemos dizer que aquela luta que aqui foi recordada, aquela luta difícil, aquela luta perigosa, aquela luta em que muitos sucumbiram, aquela luta não foi em vão porque foram sementes que foram semeadas, que foram sensibilizando outros seto-

res da vida nacional, que terminou por fazer com que homens e mulheres que, muitas vezes em determinadas fases, não entendiam a nossa luta, concluíssem que era necessário juntar os seus esforços e até acima das diferenciações partidárias.

Nós terminamos o ano de 84 e o início de 85 como num grande estuário, em que as forças vivas desta Nação reconheceram que era preciso mudar, mudar sem violência, mudar sem traumatismo e através desse regime de liberdade, em busca da democracia plena que todos nós queremos, e poderíamos mostrar que acima do tecnicismo, a política, a sensibilidade do político, a experiência e a vivência de representantes do povo que conhecem os caminhos deste País, que conhecem as periferias das cidades, o sofrimento e a pobreza de muitos municípios do interior distante, que seriam esses homens e essas mulheres, na liberdade, na crítica, na participação popular que poderia realmente mudar os destinos deste País.

Vitória do Governo? Sim. Na medida em que este Governo estabeleceu os parâmetros de uma atuação aberta, mas, sobretudo, vitória do povo, do povo que acreditou, do povo que confiou e do povo que teve a sensibilidade de, na primeira hora, quando do anúncio do "Plano de Estabilização Econômica" a 28 de fevereiro, sair às ruas e defender os seus direitos individuais, mas sobretudo de exercer os seus direitos de cidadão.

E será assim. Não será através de um Governo forte, não será através da força que haveremos de avançar: será exatamente com a bandeira que nós sempre defendemos, será através de uma abertura cada vez mais ampla, será da segurança que assegure a liberdade, que assegure o direito dos cidadãos que nós poderemos sensibilizar a comunidade para se identificar com o Governo. Governo separado de Nação não é por mais que se engane um governo forte. Governo forte é este que aí está, porque respaldado pelo apoio popular, porque as suas medidas e as suas decisões encontram no povo o instrumental de seu respeito e da sua observância.

Portanto, Senhores Deputados, é uma satisfação enorme, vindo ao Paraná, apenas alguns meses depois daquela minha visita anterior, como Presidente da Caixa, dizer, que, como instituição financeira, nós demos a nossa contribuição ao êxito da Administração como um todo, e de cuja equipe de auxiliares nós fazemos parte.

Estamos em novos tempos. Se cumprimos o nosso dever nesta primeira fase, neste Ano 2 da Nova República, outros são os desafios, é a adaptação e adequação de todos nós, à nova realidade que aí está, a esta nova realidade que foi criada e aí precisa que cada um esteja preparado para essa modificação e alteração.

O consumidor está de lista nas mãos para exigir o que é o seu direito, e nós também, instituições privadas e instituições públicas, que teremos que nos adaptar, e a Caixa Econômica Federal, como todo sistema financeiro, será um dos setores mais atingidos por esse plano de estabilidade econômica. Mas o que interessa, não é o que nós teremos que fazer para nos adaptar, ou até os cortes que teremos que sofrer, os sacrifícios que teremos que assumir, mas é sobretudo saber que este plano de estabilidade econômica veio a favor do Brasil, veio a favor do saneamento da sua economia, veio a favor da melhoria das condições de vida do povo e que, portanto, através da tribuna parlamentar, de casas como essa, nós possamos proclamar a verdade, e possamos realmente reconhecer e dizer bem alto, que agora o povo se irmana ao Governo. E o Governo só tem legitimidade quando expressa a vontade do povo e portanto, nós que fizemos oposição durante 20 anos, que nos orgulhamos disto, agora podemos dizer que nos orgulhamos de participar de uma equipe de Governo que tem com o trabalho, com a competência, com a responsabilidade, procurando abrir novas veredas para o futuro deste País e que todos nós que estamos nesta Casa, e os que estão fora desta Casa, saibam que nem tudo depende do Governo, mas depende da consciência cívica de cada um, de procurar

acrescer e fazer mais para o futuro desta Nação que nós queremos cada vez mais livre e cada vez mais guiada pelo sentimento de justiça social.

Agradeço portanto ao Senhor Presidente da Assembléia, agradeço os Senhores Deputados e em especial aos Líderes do PFL, do PDT e do PMDB, a acolhida tão fraterna e julgo que as colocações que aqui foram feitas correspondem sobretudo a uma identidade maior que está acima das siglas partidárias, que é a vontade de cada vez mais servirmos a este País e ao seu povo.

Muito obrigado.

(Palmas). (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Suspendemos a sessão por alguns instantes, a fim de que os Senhores Deputados possam cumprimentar os ilustres visitantes.

(Está suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Squarezi) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao horário reservado às Lideranças.

Consultamos à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Consultamos à Liderança do PDT. (Declina).

Consultamos à Liderança do PMDB.

(Declina).

Consultamos à Liderança do PFL. (Declina).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Squarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.281/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Jaguapitã, os imóveis de sua propriedade, constituídos dos lotes n. 3 e 4 da Quadra n.26 e lote n.5 da Quadra n.30, do perímetro urbano daquele Município, com área de 2.118,54m². conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.286/85, de autoria do PODER EXECUTIVO - (Mensagem n.200/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Arapoti, de terreno medindo 520 metros quadrados e benfeitorias nele existentes, situados à Rua Moisés Lupion na sede da Municipalidade, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.294/85, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social - ACRIDAS", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 122, de 11/11/85).

COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.294/85

PARECER:

De autoria do Deputado Gernote Kirinus, o presente plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública a "Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social" - ACRIDAS, com sede e foro nesta Capital.

Examinando-se a matéria em questão, depreende-se que a mesma se encontra dentro dos ditames da Lei n.6994/78, que regulamenta a concessão de declaração de Utilidade Pública.

Em assim sendo, no que esta Comissão

de Constituição e Justiça é chamada a opinar, temos que nada há a obstar a normal tramitação e aprovação da matéria por esta Casa, motivo pelo qual damos parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/12/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
NESTOR BAPTISTA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.295/85, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública o "Recanto da Criança Alan Kardek", com sede e foro na cidade de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 121, de 07/11/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 295/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria da nobre Deputada IRONDI PUGLIESI, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o RECANTO DA CRIANÇA ALAN KARDEK, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.6.994 de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21/11/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
IVAN GUBERT - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.147/85, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, pertencente ao município de Tapira, a fim de consulta a sua população objetivando a sua transferência para o município de Nova Olímpia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 121, de 07/11/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 147/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, objetiva autorizar a realização de plebiscito em área que especifica, pertencente ao município de Tapira, a fim de que a população seja consultada sobre a transferência da referida área para o município de Nova Olímpia.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a matéria, nada há que possa obstar sua nor-

mal tramitação, quer sob o aspecto constitucional, quer sob o legal.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL e pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
NESTOR BAPTISTA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor David de Oliveira Gomes, ocorrido no dia 14 de março do corrente ano, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Orlando Carlos Osternack, ocorrido no dia 16 de março do corrente ano, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor David de Oliveira Gomes, ocorrido no dia 14 de março do corrente ano, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Orlando Carlos Osternack, ocorrido no dia 16 de março do corrente ano, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adelaide Barbosa, ocorrido no dia 15 de março do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ana Valério, ocorrido em 16 de março do corrente ano, no município de Rio Negro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ângelo Aluísio Pereira ocorrido no dia 15 de março do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo 31.º aniversário de fundação da Associação dos Motoristas de Táxi do Aeroporto Afonso Pena. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada para o dia 03 de abril do corrente ano, a entrega do título de Cidadão Benemérito, ao Desembargador James Portugal Macedo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei n. 11 e 13/86, que denominam: Rodovia Deputado Antônio Baby, a estrada PRT-158, trecho do entroncamento da RB-476 (Rondinha) até o município de Irati, e, Rodovia Affonso Nardolny, a estrada PR-447 que liga os municípios de União da Vitória e Cruz Machado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a ampliação das condições de tráfego telefônico entre os municípios de Cascavel e Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, visando a criação e instalação da comarca do município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, encarecendo a reativação do Grupo Especial de Buscas - GEB, no município de Maringá.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Vice-Governador do Estado e Secretário das Finanças, pela homenagem prestada pela Associação de Empresários da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC, conferindo-lhe o "Título de Personalidade AECIC 85". **Aprovado.**

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, poderia ler novamente o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - (Lê)

O SR. NESTOR BAPTISTA - Obrigado, Senhor Presidente, estou satisfeito.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso aos organizadores da II Feira da Maçã e I Feira da Batata-semente, bem como da inauguração da Unidade Armazenadora Frigorífica do Município de Palmas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", intitulado "Estado do Iguaçu". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Nei Celso Fatuch, Waldir Pan, Elton Pazello e Jair Faxina, pela nomeação e assunção na equipe do Pro-Rural. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Coordenador do IAPAS, encarecendo renegociação da dívida da Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento do município de Campo Mourão, junto à Previdência Social. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 09 de maio do corrente ano, às 15 horas, a Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao doutor José Simões de Paiva Netto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho que liga o distrito de Pitangueiras, município de Rolândia, à PR-218 (ligação Arapongas-Astorga).

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a instalação de um plantão permanente de assistência técnica, atendendo aos Distritos de Ventania, Barro Preto e outras localidades, através do Município de Tibagi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o fornecimento de um gabinete odontológico completo para a Escola Esta-

dual Professor Colares - Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.º aniversário do Rotary Club do Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, para que o mesmo determine ao DNER, a construção de viaduto na PR-151, no trevo de acesso à Ponta Grossa e Castro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Urbano, visando a implantação do PRAN a nível de Governo Federal, a fim de dar assistência a todos os municípios brasileiros. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a convocação do Sr. Secretário das Finanças a comparecer a este Poder, no dia 3 de abril do corrente ano, a fim de manifestar a posição do governo sobre a proposta de redução das alíquotas do ICM. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

A Mesa suspende a sessão por alguns instantes a fim de que possamos recepcionar o Presidente da Caixa Econômica, o Ex-Senador Marcos Freire.

Outrossim, Srs. Deputados, a Mesa os avisa de que logo após a sessão extraordinária faremos o sorteio dos gabinetes dos Srs. Deputados do anexo da Assembléia. Portanto, gostaríamos de ter a presença dos nobres Colegas durante este sorteio para fiscalizar a realização do mesmo.

(É suspensa a sessão por alguns instantes)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, com apoioamento

de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a nomeação de uma Comissão Especial para proceder a inspeção às obras do Hospital Regional do Oeste, no Município de Cascavel. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns. 169/85, 187/85, 250/85.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.286/85

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 294/85, 295/85.

- do Projeto de Resolução n. 147/85.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 276/85 e 005/86.

- do Projeto de Resolução n. 203/84.

Levanta-se a sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1986.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelo Senhor Deputado Anibal Khury e pela Senhora Deputada Irandi Pugliesi.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Germote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irandi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércicles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, um reparo.

Na ata anterior já foi lido inclusive a nossa ausência em plenário no dia 17, 2.ª feira, quando nós estávamos em plenário. E não houve também nenhuma votação e chamada nominal.

E também a nossa ausência na última sessão extraordinária de 5.ª feira, quando nós estávamos presente à sessão. Gostaríamos de lembrar a Vossa Excelência de que nós não faltamos a nenhuma sessão neste período legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Se existe razão a Vossa Excelência a Mesa fará constar.

Em votação. Aprovada.

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 267/85, de autoria do Deputado PÉRICLES PACHECO, que declara de Utilidade Pública a Entidade, CENTRO ESPÍRITA PAZ, AMOR E CARIDADE, de Telêmaco Borba, com sede e foro em Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. (Publicado no D.A. 112, em 21/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 267/85

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles Pacheco, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Entidade "Centro Espírita Paz, Amor e Caridade", de Telêmaco Borba, com sede e foro na mesma localidade.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

TRAJANO BASTOS — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 282/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade

Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ — ADEVIPAR, com sede e foro na Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. (Publicado no D.A. 115, em 29/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 282/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado HERMAS BRANDÃO, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Deficientes Visuais do Paraná — ADEVIPAR, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

TRAJANO BASTOS — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 297/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA ISABEL, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. (Publicado no D.A. 122, em 11/11/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 297/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado ANIBAL KHURY tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Caridade Santa Izabel, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria — Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

AMÉLIA HRUSCHKA — Relatora.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 04/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (MENSAGEM N. 02/86), que dispõe o índice de 80, 12 por cento correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 1.º/01/86, de mais 9,23 % pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35 % conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA MESMA, por

unanimidade, e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 04/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O índice de 80,12 % (oitenta vírgula doze por cento) correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 1.º de janeiro de 1986, de mais 9,23 % (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35 % (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento).

Art. 2.º — O Chefe do Poder Executivo baixará decreto atualizando as tabelas de vencimentos e o valor das vantagens atingidas por esta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1986.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 1986.

(a) PODER EXECUTIVO.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 04/86

Art. 1.º — O Índice de 80,12 % (oitenta vírgula doze por cento) correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 1.º de janeiro de 1986, de mais 9,23 (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35 % (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento).

Art. 2.º — Aos funcionários públicos civis e militares do Estado, inclusive aposentados, reformados e pensionistas, aplicar-se-á o disposto nos artigos 19 e 23 do Decreto-Lei n. 2.283, de 27 de fevereiro de 1986.

Parágrafo Único — Para a apuração do valor médio da remuneração real dos últimos seis meses, na forma do Decreto-Lei referido neste artigo, tomar-se-á o vencimento, soldo, ou valor básico do cargo, posto, graduação ou pensão, fixados pelas Leis ns. 8.122, de 08 de julho de 1985 e 8.210, de 30 de dezembro de 1985, com o acréscimo previsto no artigo anterior.

Art. 3.º — O Chefe do Poder Executivo baixará decreto atualizando as tabelas de vencimentos e o valor das vantagens atingidas por esta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos legais a partir de 1.º de janeiro de 1986, em relação ao artigo 1.º e a partir de 28 de fevereiro de 1986 em relação ao artigo 2.º.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de março de 1986.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 04/86

PARECER:

A Mensagem Governamental n. 26/86, em aditamento à Mensagem n. 2, de 12 de fevereiro próximo passado, tem por objetivo, além da elevação do índice de reajuste concedido ao funcionalismo público do Estado, adaptar o seu texto ao Decreto Lei n. 2.283, de 27 de fevereiro de 1.986.

O plano de lei em questão não encontra qualquer óbice de ordem legal ou constitucional, pois, a iniciativa é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Todavia, após a chegada da Mensagem n. 26/86 a esta Casa, o Decreto-Lei n. 2.283 foi modificado inteiramente pelo Decreto n. 2.284, de 10 de março de 1.986.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO, na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo, onde foram procedidos os reparos necessários para adequar a sua redação ao Decreto-Lei recentemente editado pelo Governo Federal.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1986:

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 04/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O índice de 80,12 % (oitenta vírgula doze por cento) correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do funcionalismo público estadual concedida pela Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica acrescido, a partir de 1.º de janeiro de 1.986, de mais 9,23 (nove vírgula vinte e três) pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35 % (oitenta e nove vírgula trinta e cinco por cento).

Art. 2.º — Aos funcionários públicos civis e militares do Estado, inclusive aposentados, reformados e pensionistas, aplicar-se-á o disposto nos artigos 17 e 21 do Decreto-Lei n. 2.284, de 10 de março de 1986.

Parágrafo único — Para a apuração do valor médio da remuneração real dos últimos seis meses, na forma do Decreto-Lei referido neste artigo, tomar-se-á o vencimento, soldo, ou valor básico do cargo, posto, graduação ou pensão, fixados pelas Leis n. 8.122, de 08 de julho de 1.985 e 8.210, de 30 de dezembro de 1.985, com o acréscimo previsto no artigo anterior.

Art. 3.º — O Chefe do Poder Executivo baixará Decreto atualizando as tabelas de vencimentos e o valor das vantagens atingidas por esta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 1986 em relação ao artigo 1.º e a partir de 01 de março de 1986 em relação ao artigo 2.º.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 04/86

PARECER:

O presente plano de lei oriundo das Mensagens Governamentais ns. 02 e 26/86, tem por finalidade dispor que o índice de 80,12% correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do Funcionalismo Público Estadual concedida pela Lei n. 8210, de 30/12/85, fica acrescido, a partir de 01/01/86, de mais 9,23% pontos percentuais, perfazendo um total de 89,35%.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei nesta colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1986.

(a) ERVIN BONKOSKI

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N. 04/86

PARECER:

O presente plano de lei oriundo das Mensagens Governamentais n. 02/86 e 26/86, tem por finalidade dispor que o índice de 80,12% correspondente à majoração de vencimentos e vantagens do Funcionalismo Público Estadual concedida pela Lei n. 8210, de 30/12/85, fica acrescido a partir de 01/01/86, de mais 9,23% pontos percentuais perfazendo um total de 89,35%.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favoráveis das doudas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos não há nada que obste à tramitação do referido projeto de lei nesta colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de março de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO

Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 11/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI e OUTROS, que denomina Rodovia Deputado ANTÔNIO BABY, a Estrada PRT-158, trecho do entroncamento da BR-476 (Rondinha) até Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovada. (Publicado no D.A. n. 05, de 03 de março de 1986).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 11/86

PARECER:

O Projeto de Lei n. 11/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, pretende denominar "Rodovia Deputado ANTÔNIO BABY" a estrada PRT-158, trecho do entroncamento da BR-476 (Rondinha) a Irati.

A propositura em tela atende plenamente aos mandamentos constitucionais, no tocante à origem e demais quesitos, podendo ser levada à apreciação do Plenário desta Assembléia, razão que nos leva a opinar favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

NESTOR BAPTISTA — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 13/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI e outros, que denomina de "RODOVIA AFFONSO NADOLNY", a estrada PR-447, que liga União da Vitória à Cruz Machado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovada. (Publicado no D.A. n. 05, de 03 de março de 1986).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 13/86

PARECER:

O Projeto de Lei n. 13/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, pretende denominar de "Rodovia Prefeito Affonso Nadolny", a estrada PR-447 que liga União da Vitória a Cruz Machado.

A propositura em questão atende plenamente aos mandamentos constitucionais, no tocante à origem e demais quesitos,

podendo ser levada à apreciação do Plenário desta Assembléia, motivo pelo qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

NESTOR BAPTISTA — Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma ordinária para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais a

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 267, 282, 297/85 e 004, 011 e 013/86.

Levanta-se a sessão.

ESTADO DO IGUAÇU

Samuel Guimarães da Costa

Há vinte e cinco anos acompanhamos de perto as marchas e contra-marchas em torno da criação do Estado do Iguaçu, um movimento latente para desmembrar partes do Oeste do Paraná e Santa Catarina, restabelecendo a área do extinto Território Federal nessa fronteira do Prata, multiseccularmente turbulenta. As cinco reportagens que em diferentes anos a partir de 1962 realizamos sobre o assunto dariam para um pequeno livro, o livro branco de quem tem pregado no deserto tentando mostrar a verdadeira face dessa ardilosa causa separatista, sem nenhum fundamento geopolítico razoável, a não ser oferecer um centro de poder autônomo a forasteiros politicamente ambiciosos, oriundos do Rio Grande do Sul.

Desce o início dos anos 60, quando visitamos a região do Sudoeste percebemos que alguns gaúchos pioneiros iam aprontar alguma perturbação na área, a exemplo do ilustre e valente ascendente, Plácio de Castro, que foi parar no Acre e ali criou um rumoroso caso diplomático de fronteira, a ponto de quase provocar uma guerra entre o Brasil e a Bolívia, dando um trabalho dos diabos ao Barão do Rio Branco. Já nessa primeira visita, antevimos que parte da corrente de gaúchos que ali se fixava, estava em trânsito temporário, dado o modelo minifundiário da propriedade rural, semelhante ao da região colonial do Rio Grande do Sul, de onde provinham. Hoje, muitos já se deslocaram para a Amazônia e inclusive o Acre, onde é próspero agricultor Jácomo Trento, que, como seu antigo coestadano Plácio de Castro, foi um dos primeiros líderes separatistas — e desta vez inglórios — em terras paranaenses, onde em 1957 comandou uma revolta de lavradores no Sudoeste.

Afinal para que e por que um Estado do Iguaçu numa região hoje tão próspera, que tem tudo para se desenvolver com o apoio dos governos de dois estados irmãos, além das vantagens do intenso intercâmbio direto com dois, estados, irmãos, duas repúblicas vizinhas? Investimentos de vulto estão ali executados e/ou programados em termos de infra-estrutura — estradas, usinas elétricas, telecomunicações, pontes internacionais, indústrias, bancos, armazéns e silos, rede hoteleira, etc., — enfim, tudo que um celeiro agrícola precisa para se consolidar e diversificar-se economicamente.

Ninguém ignora que a Região Sul do Brasil é a menor das cinco Grandes Regiões do País, com apenas 6,79 por cento da superfície do território nacional, constituído por três estados com áreas desiguais, relativamente escassas, cujos recursos naturais mal distribuídos entre si recomendam antes fusões territoriais do que divisões em compartimentos estanques de caráter político-administrativo. O Paraná, por exemplo, tem somente 2,37 por cento da superfície do País, enquanto Santa

Catarina não mais do que 1,13 por cento. Iguais aos dois em área só mesmo os cinco do Nordeste (do Rio Grande do Norte a Sergipe) com 3,03 por cento, que nem somados dariam um Estado único de tamanho médio razoável, com equipotência adequada em condições de ser econômica e financeiramente bem administrado, numa época como hoje de comunicações instantâneas.

Ora, num tal contexto a criação do Estado do Iguaçu, com área estimada de 68.000 Km², ou 0,79 por cento da do País, reduzindo conseqüentemente ainda mais as do Paraná e Santa Catarina, já comprimidos entre o poder econômico de São Paulo e o poder político do Rio Grande, não significaria outra coisa senão transformar dois estados pequenos em três insignificantes. A revisão territorial que se espera da próxima Constituinte precisa corrigir, isto sim, as gritantes disparidades geográficas, herdadas do tempo das capitanias hereditárias, mediante, de um lado, o desmembramento gradual de imensas áreas vazias e, de outro, fusões de outras de base física insuficiente, como já se fez no Mato Grosso e, inversamente, no Rio de Janeiro. E por que não a fusão do Paraná e Santa Catarina, como por mais de uma vez defendemos, para compensar o

que um tem de menos em costa marítima e o outro em *hinterland*? Sobre a tese dessa fusão existem vários projetos há muitos anos arquivados no Conselho Nacional de Geografia, como os de Ary Machado Guimarães, M.A. Teixeira de Freitas e Sud Minucci, os dois últimos por sinal propondo exatamente o nome de Iguaçu, com a capital nas cidades gêmeas e eqüidistantes de União da Vitória/Porto União, hoje em meio ao colar de usinas que ornamenta esse grande rio limítrofe.

Além do mais, as verdadeiras lideranças do Sudoeste já renunciaram a essas veleidades separatistas, pois hoje participam com destaque do poder estadual, tal como as do Norte do Paraná que nos anos 50 defendiam a criação do Estado do Parapanema. Em suma, a fusão Paraná—Santa Catarina não chega a ser sequer uma idéia nova. Mas é certamente menos estravagante que a da amputação proposta por forasteiros desarraigados, para os quais talvez não tenha sobrado nenhuma parcela do poder político instalado no Palácio também chamado Iguaçu, em cuja Casa Civil o atual ocupante e o anterior são do Sudoeste — para não falar do ministro da República oriundo politicamente da mesma região.

(Samuel Guimarães da Costa, jornalista)